

# A EMBALAGEM PÚBLICA DO PRIVADO\*

Antonio Teixeira de Barros\*\*

**SÍNTESE** – Analisa-se a construção dos conceitos de público, privado e privatização na cobertura jornalística da *Folha de São Paulo* sobre o processo de privatização no Brasil, de 1990 a 1994. Insere-se o estudo na linha de pesquisa "Comunicação e processos sociais", que concebe as instituições de comunicação contemporâneas como uma das instâncias principais da geração e difusão de discursos, considerando-se o caráter mediador da informação entre os indivíduos, as instituições sociais e entre estes e o Estado. Baseia-se nas formulações de Hannah Arendt e Jürgen Habermas no que se refere aos conceitos de público e privado.

Palavras-chave: público; privado; privatização; jornal *Folha de São Paulo*.

**ABSTRACT** – Analyses the construction of such concepts public, private and privatization on journalistic coverage of *Folha de São Paulo* about the privatization process in Brazil from 1990 to 1994. This study inserts itself in the research line known as "Communication and Social Processes", which defends the contemporary communication institutions as a main condition to generation and diffusion of discuss, taking into consideration the mediation aspect of information among individuals, social institutions and those and the State. This article is based on the formulations from the authors Hannah Arendt and Jürgen Habermas about the concepts of public and private.

Keywords: public; private; privatization; journal *Folha de São Paulo*.

## 1 – Introdução

Na chamada sociedade da informação e do conhecimento ou ainda "idade mídia", a produção discursiva tornou-se um dos elementos básicos que caracterizam a relação dos meios de comunicação pública com a sociedade. As formas de enunciar e publicizar os discursos constituem o eixo desse processo que, na interação com o público, engendra novas formas de expressão e de sociabilidade. É clara, portanto, a relação entre a atuação dos veículos de comunicação de grande alcance e os processos sociais, visto que aqueles tornaram-se o lugar por excelência da apresentação e difusão dos discursos gerados nas diversas esferas e subesferas da sociedade: na economia, na política, na cultura, no comportamento etc. A informação, no seu sentido amplo, possui um caráter mediador entre os indivíduos, entre as pessoas e as instituições e segmentos sociais e ainda entre estes e o Estado, o que se dá mediante a força real e simbólica do discurso.

\* Elaborado com base no trabalho final do autor, intitulado "O espelho do privado: a cobertura jornalística da *Folha de São Paulo* sobre a desestatização no Brasil (1990-94)", apresentado ao Programa de Mestrado da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, no segundo semestre de 1995.

\*\* Doutorando em Sociologia na Universidade de Brasília, UnB.

O jornalismo constitui uma das principais instâncias dessa produção discursiva na sociedade atual. Apesar da proliferação dos gêneros e formas de comunicação, a imprensa manteve-se como uma das instituições basilares no universo *mass-mediático* contemporâneo. Daí a razão por que este trabalho apresenta como objetivo analisar a construção conceitual desencadeada pelo discurso da *Folha* acerca da desestatização, considerando-se conceitos de público, privado e privatização. Até porque, como reforça Novelli (1994), a imprensa, historicamente, sempre procurou manter sua função instrumental na esfera pública, a qual se realiza pela mediação dos interesses privados, que se apresentam publicamente, a fim de que adquiram o caráter de interesse geral, embora voltados para um público (grupo) de pessoas privadas.

Partimos do pressuposto de que a *Folha* destacou-se, no âmbito da imprensa brasileira, como um fórum onde o debate sobre a privatização adquiriu um significado de primeira grandeza no cenário nacional. A polêmica público *versus* privado permeou todas as instâncias desse debate, constituindo, portanto, um *corpus* fecundo para a análise do problema mencionado, o que se evidencia não só no discurso explicitamente pró ou contra a privatização, mas sobretudo nos pressupostos implícitos que compõem a mensagem de fundo do jornal, uma matriz discursiva que ora se apresenta como consenso – uma ‘singularidade construída’ – ora como um campo polêmico, uma ‘pluralidade mostrada’ em que se instaura uma tensão intertextual, com oposições e contradições. Neste último caso, há uma circulação de sentidos, um confronto que contribui para fixar ou excluir determinados significados e concepções. Não bastaria, entretanto, constatar os níveis de discurso presentes no jornal enquanto fórum de debate sobre o tema. Tornou-se relevante para o estudo aqui proposto examinar ainda *como o discurso é construído*, ou seja: o que a *Folha* diz significa o quê? Quais são os conceitos que o jornal está construindo ao fazer sua cobertura jornalística sobre o processo de desestatização no Brasil, considerando-se especificamente: público, privado, privatização?

Considerando-se todos esses aspectos é que a *FSP* é visualizada como fórum discursivo que abriga múltiplos argumentos; lugar de confronto de interesses e opiniões distintos, às vezes simplificados, às vezes dicotomizados, com pontos de fuga do polêmico; às vezes pluralizados e multifacetados, transitando entre as diferenças e semelhanças; contradições e conjunções.

A delimitação do tema justifica-se pela relevância do assunto na época atual, bem como pela necessidade de se continuar investigando o papel da imprensa, diante de uma notória tendência de os pesquisadores optarem pelo estudo sobre os meios eletrônicos. A escolha do assunto coberto – privatização – sob o enfoque jornalístico, decorre tanto de sua importância no contexto atual do Brasil bem como da dimensão que a imprensa atribuiu a ele, seja em termos de opinião e de informação. A opção pela *Folha* justifica-se pelos seguintes aspectos:

a) seu perfil atual, enquanto um dos principais jornais brasileiros de grande circulação;

b) seu projeto editorial (*Folha de São Paulo*, 1992), pelo qual a *FSP* propõe-se a realizar um jornalismo apartidário, pluralista, crítico, moderno e de serviços, defendendo, entre outros princípios, a democracia, a economia de mercado, e promovendo o debate sobre os problemas sociais relacionados com o subdesenvolvimento.

Logo, a desestatização, conforme os critérios editoriais internos do jornal, pode ser considerada um tema de importância capital para a sua atuação jornalística no referido período;

c) seu desempenho editorial nos últimos anos, o qual contribuiu para lhe conferir atributos como "o jornal que mais vende", "o melhor, o mais independente, o mais importante e mais apreciado jornal brasileiro", destacando-se ainda em relação aos demais pelos itens "combatividade", "imparcialidade", "clareza", "apresentação gráfica" e "democracia editorial" (Novelli, 1994, p. 158-9).

O período compreendido entre 1990 e 1994 foi escolhido pelo fato de que a tônica à questão da desestatização iniciou-se durante o governo Collor, em 1990, seguindo a tendência do mundo desenvolvido. Aliás, o jornal *Financial Times* (1994), em um *survey* especial de seis páginas sobre o Brasil, destaca o início da desestatização no País como o principal legado positivo da gestão Collor de Melo.

Baseamo-nos na análise de 739 textos, sendo 493 (66,8% do total de textos) de caráter noticioso e os demais de cunho opinativo. Para a construção da amostra, optamos pelos meses de maior incidência de matérias, mais precisamente, um mês de cada ano. A opção pelos meses de maior volume de matérias não se justifica por critérios quantitativos, até porque, para a análise a que nos propomos, tais critérios não constituem fator primordial. Ao contrário, pretendeu-se, com isso, captar o conteúdo discursivo mais representativo e rico nos termos da abordagem do jornal, crendo-se que, por alguma razão, esses períodos refletem um aqodamento da pauta da *Folha* sobre o assunto ou simplesmente a ocorrência de fatos mais relevantes. Esta suposição se confirma, por exemplo, se considerarmos o ano de 1994, em cujo mês de maior quantidade de material informativo, maio, a *FSP* publicou um caderno especial de dez páginas sobre a privatização. Caso tivéssemos adotado o critério de uma amostra aleatória, perder-se-ia a chance de trabalhar com a riqueza discursiva do referido caderno. Privilegiamos, contudo, o material opinativo, por ser o expediente mais pródigo da argumentação, da simplificação e da polemização acerca do tema em estudo.

## **2 – Comunicação e esfera pública**

A Comunicação figura como elemento inerente à própria constituição das sociedades humanas. Tanto é que somente com o advento da modernidade passou a ser encarada como problema relativamente autônomo no campo do conhecimento. (Rubim, 1992) identifica quatro fatores que explicam tal fenômeno. O primeiro refere-se ao processo de secularização dos ritos coletivos, no fim da Idade Média, com o declínio do teocentrismo; ocorre, então, uma reestruturação e reelaboração dos modos de dizer e enunciar, fora da verticalidade teológica até então reinante. O segundo diz respeito à formação do espaço público urbano, ou seja, uma espécie de reconstituição do mundo. Com isto, ocorre um desenraizamento da experiência coletiva, terceiro fator dessa seqüência; "inventa-se" um novo tempo, cronometrado pelo relógio mecânico. O quarto fator surge como corolário dos precedentes: a racionalização dos valores, sob a influência da lógica econômica do capitalismo emergente e da racionalidade da cultura ocidental. Tal fenômeno culmina com a consolidação da comunicação mediática, quando a mídia passa a substituir as vi-

vências pessoais e interpessoais pelas televivências impessoais, instaurando novos horizontes de compreensão e novas formas de produção, recepção e apreensão de sentido.

Conforme Williams (1966), o próprio conceito de Comunicação, no âmbito da sociologia da cultura, apresenta conotações diferentes, de acordo com a evolução histórica do termo. Em seu sentido mais remoto, dizia respeito à passagem de idéias, informações e atitudes de indivíduo para indivíduo. Em seguida, com o início da evolução técnica, passou a ter o sentido de linha ou canal de ligação entre pessoas e lugares. Posteriormente, com as conseqüências da Revolução Industrial, esta acepção foi enfatizada e, por analogia, associada aos meios de transporte. A partir de então, surge um terceiro sentido: a de novos meios de passagem de idéias, informações e atitudes de pessoa para pessoa. É quando se amplia o uso do telégrafo, telefone, fotografia, cinema, imprensa, rádio e televisão. Por isso, a Comunicação na sociedade contemporânea é considerada "um processo de transmissão e recepção de idéias e valores, cuja especificidade histórica e material é dada pelos meios através dos quais este processo se efetiva" (Williams *apud* Ribeiro, 1992, p. 25).

Dá por que o referido autor, ao analisar a cultura contemporânea, destaca a crescente importância dos meios de comunicação como "poderosas instituições culturais" (Williams, 1961; 1962; 1985; 1989; 1992), opinião corroborada por outros teóricos, sobretudo os que se dedicam aos estudos culturais, como Garnham (1979). Poderosas porque, nas sociedades capitalistas avançadas, adquiriram tanta importância quanto as instituições industriais de produção e distribuição de bens. Essa é a razão pela qual Williams dedica especial atenção aos "novos meios de comunicação", no âmbito de sua sociologia da cultura, sendo que esta inclui o estudo das artes, comunicações e da linguagem. Nessa perspectiva, cultura é entendida como "um sistema de significações realizado" (Williams, 1992, p. 206). Esse sistema apresenta não só dimensão simbólica, mas também material, como está explícito no ensaio *means of communication as means of production* (Williams, 1982). A mesma concepção, em termos de que qualquer prática cultural é simultaneamente material e simbólica, é partilhada por Garnham (1979) e Canclini (1983).

Na mesma perspectiva teórica, Ribeiro (1994, p.14) desenvolve este tema sob o argumento de que a informação não pode ser concebida apenas como um recurso material, destinado a atender necessidades de sobrevivência, pois ela é, antes de tudo, um discurso, um bem simbólico e, portanto, opera também, fundamentalmente, no plano das relações de sociabilidade, das representações e concepções de mundo, do imaginário coletivo. Além disso, disserta o autor,

"há uma possibilidade de identificar também um caráter instrumental ou uma função social da informação do ponto de vista externo à sua estrutura de produção, qual seja, o caráter mediador do seu discurso nas relações entre os indivíduos e entre estes e as demais instituições da sociedade civil e do Estado. A adoção e o privilégio do conceito de mediação, entretanto, tende a encaminhar a análise das práticas de comunicação para esferas externas àquelas nas quais são criadas e implementadas, ou seja, tende a iluminar a efetividade social das suas intervenções, em detrimento dos recursos, limites e atributos que constituem a especificidade destas intervenções, inclusive aqueles oriundos da sua natureza mercadológica".

Para aprofundar a questão, consideramos fundamental a referência às idéias de dois autores: Hannah Arendt e Jürgen Habermas, sobretudo no que se refere à esfera pública. Em *A Condição Humana*, Arendt (1983) dá uma ênfase especial ao estudo do espaço público. Espaço este que tem como função "iluminar a conduta humana, permitindo a cada um mostrar, para o melhor e para o pior, através de palavras e ações, quem é e do que é capaz" (Lafer, 1983, p. I). Nessa acepção, o espaço público é, antes de tudo, a esfera do comum, ou seja, tudo o que, através de ampla divulgação, torna-se conhecido por todos. A aparição pública é, pois, na concepção de Arendt, condição básica para a consolidação desse espaço comum, visto que "para nós, a aparência – aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos – constitui a realidade" (Arendt, 1983, p. 59). A abordagem da autora sobre essa questão justifica-se pela concepção de que a percepção que temos da realidade é condicionada pela aparência, isto é, por tudo aquilo que é levado ao domínio público. Daí a importância da categoria esfera pública na referida obra de Arendt, pois é nessa esfera que os fatos, as opiniões, os argumentos e as pessoas emergem da obscuridade da esfera privada e adquirem interesse público.

Para a análise da questão, Arendt inspira-se no modelo grego de esfera pública, a *pólis*. A preocupação dos gregos com a instância pública reflete a necessidade de afirmação diante de um mundo provisório e fútil, o *oikos* ou esfera privada. Lugar da necessidade, da miséria da condição humana: a mortalidade, o labor, a reprodução das condições materiais de vida, a dimensão biológica. Em contraposição a isso, a *pólis*, ou seja, o estabelecimento de uma esfera pública, um mundo comum constituía uma espécie de proteção contra a "crueldade" desse espaço de futilidade, mundo transitório e efêmero. O acesso à *pólis* significava uma superação de tudo isso, por meio da conquista de um *status* de "imortalidade", ou pelo menos relativa permanência, já que a esfera pública era a garantia de que os feitos notáveis ou as palavras memoráveis dos cidadãos não cairiam no esquecimento, mas se projetariam no futuro, através da dimensão histórica da cidade-estado. É, pois, um lugar de expressão da singularidade individual, embora também se relacione com a esfera privada, pois era o *oikos* que permitia a existência da *pólis*. Para que cada cidadão pudesse se dedicar à ação e ao discurso, os escravos, as mulheres e as crianças tinham de cuidar das obrigações do âmbito privado.

Para entender melhor tudo isso, é fundamental a referência ao conceito de liberdade, apresentado por Arendt, na obra citada, conceito-chave para se apreender a essência do pensamento da autora sobre o problema da esfera pública. Por isso, trata-se de algo de conotação essencialmente política, pois "só pode ser exercida mediante a recuperação e a reafirmação do mundo público, que permite a identidade individual através da palavra viva e da ação vivida, no contexto de uma comunidade política criativa e criadora" (Lafer, 1983, p. II). Por isso, a *pólis* grega é apresentada por Arendt como o modelo ideal do exercício da liberdade, pois possibilitava a todos os cidadãos, por meio do estatuto da igualdade jurídica, expressar sua singularidade humana. A igualdade jurídica figura, pois, como condição para a liberdade que se efetiva entre pares, cidadãos livres das privações do *oikos*, como o trabalho (fabricação) e o labor (reprodução do ciclo biológico da vida).

A liberdade, assim entendida, não se confunde com a idéia atual de "ser dono do próprio nariz", pois o aspecto público é que constitui o seu eixo e não o priva-

do. Por isso, o *medium* da liberdade é a ação, terceira atividade fundamental da *victa activa*, depois do labor e do trabalho; o labor é marcado pelas necessidades biológicas e pela futilidade da vida: é o reino do *animal laborans*; o trabalho diz respeito à criação de objetos materiais a partir da fabricação: é o reino do *homo faber*. A ação é a única atividade que pode ser realizada sem a mediação de coisas e objetos, visto que corresponde à condição humana de pluralidade e singularidade, simultaneamente, essência da vida política, na esfera pública. Esse terceiro elemento é, portanto, a fonte de significados da vida, vinculada à dimensão histórica: memória da *victa activa*, cuja fonte é a ação comum, no espaço público. Logo, a ação é fundamentalmente política, bem como a palavra e o discurso a ela associados. Afinal, quem fala entre pares é que participa da esfera pública. É o discurso que faz do homem um ser político, um ser que se revela em sua singularidade no espaço da aparência, na presença de outros, na pluralidade.

Habermas oferece uma importante contribuição para a discussão desse tema ao deter-se no segundo momento da evolução histórica da EP: o momento burguês, analisado em sua obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública Burguesa* (1984), detendo-se especialmente em sua origem, evolução, estrutura, instituições e funções. A Esfera Pública Burguesa (EPB) é concebida por Habermas como uma categoria típica de época, condicionada por diversos fatores históricos, tais como o reaparecimento do comércio na Europa Ocidental do século XI, rompendo com a fechada estrutura econômica do feudalismo. Os fundamentos socioeconômicos da EPB figuram, então, como fatores que incorporam suas características básicas, enquanto categoria histórica, bem como distintivos em relação ao modelo clássico grego da esfera pública como esfera política e da esfera privada como espaço do *ókos*, que abrigava o labor e o trabalho. Mas, por que Habermas detém-se nos aspectos socioeconômicos da EPB? Antes de tudo, é necessário esclarecer que essa EPB emergente é definida pelo autor como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público, que reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, "a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social" (Habermas, 1984a, p. 42).

O autor toma como referente o ambiente histórico europeu do século XVIII para desenvolver analiticamente a categoria de esfera pública burguesa. Provavelmente ele inspirou-se na metodologia sugerida por Marx, "ao identificar na informação a forma elementar, o 'elemento de intercâmbio' que revolucionará as hierarquias valorativas e normatizadoras das sociedades feudais européias". Entretanto,

"Se Marx elegeu a moeda como uma porta de entrada para a compreensão do complexo processo de desenvolvimento do capitalismo, atribuindo a este a força historicamente determinante, mesmo que 'última instância', das configurações societárias, Habermas, como será peculiar em toda a sua obra, preferiu eleger formas elementares distintas oriundas de práticas que, historicamente, ele considerará fundadas em naturezas e competências diferenciáveis, apesar de indissociáveis do ponto de vista da compreensão da processualidade social em geral.

"Para Habermas, há dois elementos 'revolucionários' do sistema de trocas pré-capitalista: a mercadoria e a informação. O pontencial revolucionário deste novo sistema de atividades emergentes não tem origem apenas no campo da produção de riquezas econômicas, ou

seja, no âmbito do novo tipo de movimentação financeira e de recursos materiais de sobrevivência. Este sistema é revolucionário também porque contém um segundo elemento criado e ajustado à sua natureza essencial de intercâmbio, capaz de progressivamente substituir o acervo de normas, valores e costumes fixados pela herança da tradição, por outros referentes de valor e organização social criados e transformados no fluxo dos intercâmbios de informação" (Ribeiro, 1994, p. 5).

Habermas identifica dois momentos históricos distintos e correlatos no desenvolvimento dessa EPB. O primeiro, denominado Esfera Pública Burguesa Literária (EPBL) refere-se à constituição da EPB pura, excluindo a população em geral e vai até o século XVIII. Consiste em ampliar a autoconscientização da burguesia enquanto classe, promovendo ampla reflexão sobre sua vida social, a partir da esfera íntima da família. A leitura de textos opinativos de caráter literário em jornais, de romances psicológicos e de epístolas de familiares e amigos constituem uma introdução a esse processo de emancipação psicológica. A EPBL não possui ainda conotação política. Como afirma Habermas (1984a, p. 44): "ela é o campo de manobras de um raciocínio público que ainda gira em torno de si mesmo – um processo de autocompreensão das pessoas privadas em relação às genuínas experiências de sua nova privacidade".

O segundo momento, o da Esfera Pública Burguesa Política (EPBP), a partir do século XIX, inicia com a expansão da EPBL, surgindo uma EP mais ampla, resultado do amadurecimento da prática vivida no âmbito da EPBL e tem a finalidade de afirmar a criticidade do público, problematizando a legitimidade do Estado, o uso público da razão, a regulamentação da sociedade, a defesa de instituições públicas etc. Seu desdobramento é o jornalismo político-partidário. É o exercício por excelência da opinião nos debates políticos sobre o questionamento do poder absolutista e discussões sobre a cidadania. Essa EPBP aparece primeiro na Inglaterra, na virada do século XVIII para o XIX.

Um argumento central para a questão aqui abordada, na obra de Habermas, é o exercício da democracia e da cidadania na EPB. Ele estabelece uma correlação entre o problema democrático e a publicidade (no sentido de tornar público), visto que esta é um meio de se atingir a democracia, já que viabiliza o desenvolvimento de uma postura crítica dos indivíduos (público) face aos problemas concernentes à EP. Isso se dá pelo conhecimento público de tais questões, pois o indivíduo só pode situar-se como cidadão à medida que toma consciência de si mesmo e do meio sociopolítico no qual está inserido. A democracia está vinculada a essa consciência individual, crítica porque as pessoas passam a pensar por si mesmas, à medida que também se tornam interlocutoras, no espaço público.

O enfoque habermasiano apresenta semelhanças com o de Arendt, quando esta se refere ao espaço da aparência e do poder, ou seja, o espaço público como *locus* da ação e do discurso que permitem as relações de poder na EP. A diferença é que Habermas pensa em termos de Esfera Pública Burguesa, uma EP mais ampliada do que a *pólis* grega, apesar de ainda excludente. Porém, ele detém-se à questão da publicidade, na fase da EPBP, supostamente mais democrática, já que mais ampla do que a EPBL.

Conforme a periodização de Freitag (1993), este é o terceiro momento histórico da EP, desencadeado com a própria crise da sociedade burguesa, após a implanta-

ção do Estado de Direito Burguês e suas implicações socioeconômicas e políticas. Destas, a principal foi a progressiva e acelerada expansão da esfera social, iniciada ainda no período burguês. Porém, foi nesta terceira fase que houve o completo alargamento dessa esfera, identificada como mercado. Com isso, a principal instituição privada, a família, foi implodida, quando o econômico transbordou o âmbito doméstico e invadiu outros domínios. O próprio público foi alterado com essa invasão, passando a identificar-se mais com o estatal. Tudo isso, é claro, não surge por geração espontânea no período pós-burguês. São decorrências da nova ordem socioeconômica instaurada no período burguês.

Essa nova ordem instalou uma relação de interdependência e de trânsito entre as esferas privada, social e pública. Enquanto na EP grega havia uma nítida separação entre *oikos* e *pólis* (a primeira dava sustentação à segunda, mas não havia trânsito estrito de uma para a outra, já que as mulheres, escravos e crianças eram excluídos da segunda), na EPB passou a haver uma confusão entre as mesmas, ao ponto de surgir a esfera social como intermediária, partícipe de um âmbito e outro e ao mesmo tempo sem características rigorosamente privadas ou públicas. No período pós-burguês, então, isso se torna ainda mais acentuado, a ponto de o Estado tornar-se apenas mediador dos eventuais conflitos entre tais esferas, sobretudo no que se refere a conflitos de interesses econômicos, como aconteceu nas duas guerras mundiais. A política e a legislação econômicas passam a ser o cerne da atuação do Estado, tanto em nível nacional como internacional.

Essa é a razão pela qual Habermas atribui à questão econômica um papel de destaque na mudança estrutural da esfera pública. O ponto de partida para essa inversão foi a implantação do Estado burguês, no século XIX, quando a burguesia deixa de ser classe subalterna e torna-se classe dominante, invertendo também seus interesses políticos típicos: igualdade, liberdade e fraternidade, conforme o lema da Revolução Francesa. Os interesses do Estado burguês deixam de ser universais e assumem dimensões bem determinadas, direcionando-se, sobretudo, para a questão da produção, tendo, inclusive, que regulamentar as atividades ligadas ao setor da comunicação social.

Os meios de comunicação, integrados nessa realidade, ampliam suas bases industriais de produção. Fundamentados na lógica de mercado vigente, firmam-se como instituições de caráter empresarial. É a fase da "imprensa de negócios" que, depois, se caracteriza como imprensa de massa. O potencial lucrativo amplia-se, mas, por outro lado, torna-se uma atividade onerosa. A utilização da publicidade em grande escala vem compensar essa aparente desvantagem. Essa última fase caracteriza-se ainda por uma ampliação quantitativa dos meios de comunicação: formação de complexos industriais de produção informativa; desenvolvimento de agências de notícia; alta concentração de capital e de propriedade de tecnologia; extrema especialização das funções. Culminam com a regulamentação dos meios de comunicação enquanto instituições privadas de caráter público, com a possibilidade de intervenção do Estado.

É então que ocorre a inversão estrutural da base original das instituições jornalísticas, correlata à mudança estrutural da EPB. A imprensa que até então era de caráter privado – sem intervenção direta do poder público – mas voltada para temas de interesse geral, como a liberdade e a igualdade (fundamentos da imprensa

de opinião, difusora dos interesses gerais da sociedade), torna-se empresa de cunho público, regulamentada pelo Estado. Contudo, passa a voltar-se preferencialmente para interesses privados, organizada sob os critérios do modo de produção capitalista já consolidado.

Com a inversão estrutural da base da imprensa, ocorre uma despolitização do público receptor das mensagens. O leitor passou da condição de sujeito ativo da política, agente do processo de produção de opinião política, como na fase da imprensa de opinião e da EPBL, para a condição de consumidor passivo dos bens produzidos pela indústria cultural. Há, pois, uma decadência do caráter público da EPB. A esfera pública assume funções de propaganda. Quanto mais utilizada como meio de influir, política e economicamente, tanto mais apolítica ela se torna no todo e tanto mais aparenta estar privatizada" (Habermas, 1984, p. 208).

Partindo da noção de EP como o espaço comum, inferimos que a mídia institucionalizada é que exerce, atualmente, a função de agente desse espaço, apesar de suas limitações e idiossincrasias. Isto porque *a mídia constrói um espaço de aparência próprio, redimensionando o público e o privado.*

Esse espaço de aparência é altamente excludente. Primeiro porque os meios de comunicação veiculam os fatos, opiniões e argumentos concernentes a questões públicas de acordo com seus critérios privados de administração e gerenciamento da informação. A exclusão começa pela pauta: quem será entrevistado e qual será o enfoque adotado, por exemplo. Com a edição, esse processo se intensifica por meio da seleção das "melhores" falas e dos dados mais "importantes". Isso permite que cada veículo apresente sua versão peculiar. Para ter uma noção mais abrangente do que aquela que aparece em determinado meio seria necessário, no mínimo, que o receptor tivesse acesso aos principais jornais diários, revistas semanais e emissoras de rádio e tevê. Como isso na prática não ocorre, devido a diversos fatores, a população fica excluída do grande espectro do fluxo informativo, limitando-se à versão de determinado(s) veículo(s).

Trata-se, pois, de uma esfera pública de natureza tão excludente quanto a *pólis* grega ou a EPB, pois a democratização do estágio atual é mais aparente do que real, considerando-se que não basta ter acesso ao circuito informativo para assegurar a participação nas decisões públicas. Muitos brasileiros têm acesso à informação via tevê, no entanto, uma grande parcela permanece excluída do debate público, visto que nem é capaz de apreender toda a complexidade do que está ocorrendo. Com o avanço dos meios eletrônicos e o atraso socioeconômico, grande parte da população passou direto da oralidade para a audiovisualidade sem nem sequer adquirir o domínio pleno da escrita. Em suma, a mídia não constitui uma esfera pública *stricto sensu*, porque não permite a real interação dos homens por meio do discurso e da ação, na presença de outros. Limita-se ao uso estratégico da palavra e do discurso, tendo como meta, quase sempre, a persuasão e não o entendimento.

### 3 – A construção dos conceitos básicos

#### 3.1 – Público versus privado

A terminologia empregada pelo jornal para se referir aos conceitos de público e privado é vasta, além das associações feitas com outros termos. No que se refere a público, destacam-se as seguintes terminologias:

- Estado / estatal / estatismo
- poder público / poder político
- patrimônio público
- serviços públicos / concessão de serviços públicos
- empresas públicas
- interesses públicos / interesses coletivos / interesses sociais

Quanto ao conceito de privado, a tônica é dada a termos como:

- mercado / economia de mercado
- livre iniciativa / livre concorrência
- forças de mercado / iniciativa privada

O ponto de interseção entre ambos é feito pelo uso de conceitos como:

- cidadania / cidadão
- direitos e deveres
- contribuintes/ eleitores
- população / sociedade

Este é o arcabouço da construção discursiva da *Folha* a respeito do assunto. Entretanto, antes do aprofundamento da análise sobre cada um dos conceitos e suas inter-relações, será examinado um texto – o único detectado na amostra – que trata especificamente da questão conceitual no âmbito do debate sobre a desestatização. Trata-se de um artigo assinado por um dos articulistas do jornal, intitulado "Estatais socializam prejuízo", publicado na seção "Letras jurídicas" de 15.8.93. Sintomaticamente, o autor inicia com a justificativa de que "a etimologia explica as resistências que os processos privatizantes sofreram no Brasil e no exterior". Começa a definição pelo termo privativo, como sendo "o bem de propriedade exclusiva de alguém". Assim,

"privado é o que concerne apenas ao interesse particular, ou, por oposição, distinto do que é público. Privado, privativo e, portanto, o verbo privatizar (os dicionários clássicos de Português nem sequer assinalam) vêm de privar que, na acepção pertinente, significa despojar, afastar, tirar. Sofrer privações, com a mesma origem gramatical, explica desdita da maior parte da população".

Curioso é que, enquanto autores, como Habermas (1984) e Pinheiro (1991) desenvolvem esses conceitos iniciando por público, sendo o privado um contraponto daquele, aqui, aparece com uma construção inversa. A ordem apresentada pelo texto em questão, por si só, já constitui indício de uma relação hierárquica, em que o privado é que estabelece, por oposição, as características do público, ou seja, é necessário visualizar em primeiro plano os atributos do conceito de privado para só então poder apreender o sentido de público; o privado é o referente.

Os rumos da etimologia, de acordo com o autor do texto, conduzem ao campo jurídico, o qual, pela distinção entre Direito Privado e Direito Público, permite melhor compreensão dos dois conceitos. O Direito Privado regula as relações entre particulares, enquanto o Direito Público tem como interesse maior "as relações do Estado". Sustenta que o homem, por ser movido por variáveis individuais de interesse, geralmente, quando lida com bens públicos não demonstra o mesmo empenho que tem com seus bens privados, embora estes últimos apresentem dimensão social, como é o caso da propriedade.

O poder público, em sua concepção, conjuga-se à ação privada para garantir "o exercício regular (não espoliativo) do direito sobre a propriedade pública ou particular", visando a garantir o benefício coletivo. Embora o autor não diga explicitamente, sua interpretação leva à inferência de que o poder público deve ser coadjuvante da ação privada, o que se confirma com a assertiva de que a ação estatal/pública, "quando bem exercida, melhora a rentabilidade da ação privada". Ao contrário, quando "os defeitos próprios da atividade pública se agravam, passam a gerar a socialização dos prejuízos que todos nós suportamos".

Dá por que o articulista define o termo privatizar como

"privar (extrair, tirar, excluir) uma fonte de intervenção do Estado na economia e significa privar os exercentes do poder de nomearem pessoas, de alocarem recursos, de manusearem a administração a seu benefício e de seus interesses legítimos e, infelizmente, também ilegítimos".

Privatizar, portanto, nesta acepção significa depurar, escoimar o setor público dos elementos maléficos à esfera privada. É como se fosse um antídoto para curar os desvios de função que o setor público adquiriu. Logo, a privatização, ao diminuir a participação do Estado em atividades predominantemente particulares, terá como conseqüência a socialização dos benefícios e não dos prejuízos, exatamente o oposto do que ocorre na atual situação brasileira, em que "a corrupção, a incompetência, a má vontade e a preguiça – ao lado da escassa divulgação da imensa maioria dos atos públicos – dilui ou distorce a eficácia da ação estatal".

De forma dispersa e breve, aparecem ainda no discurso da *FSP* alusões específicas ao assunto, tais como nos seguintes exemplos:

1) ao discorrer sobre a questão do Estado no Brasil, o jornal afirma que "a dificuldade maior está em perceber os dilemas desse *espaço público, de dominação e autoridade* (grifo nosso), sem confundi-lo com atributos supostamente eternos de um rei, um *Führer* ou um tecnocrata que fala em nome da 'Revolução'. E sem confundir busca ou defesa do bem público com estatização da produção ou hiper-regulamentação" ("O Estado está nu", editorial de 29.5.94).

O conceito de Estado como espaço público de dominação e autoridade, contudo, é apenas citado, sem a preocupação de discuti-lo, uma vez que não é esta a temática nem o propósito do referido editorial. O editorialista parece que apenas quis demonstrar seus conhecimentos sociológicos acerca da teoria weberiana da dominação. Referência, aliás, que, no contexto geral do discurso construído pelo conjunto dos editoriais, destoa completamente da concepção de Estado que se instaura, conforme será aprofundado posteriormente.

2) A *Folha* defende a causa pública, sugerindo a existência de um desencontro entre interesses públicos e ações estatais.

Nesta acepção, público e estatal figuram como conceitos distintos. O primeiro, pelo que se pode deduzir, existe em termos sociais mais amplos, ou seja, não só o que se refere ao Estado, mas tudo aquilo que direta ou indiretamente diz respeito à coletividade, embora subentenda-se que o estatal esteja aí incluído. Trata-se de uma concepção meio difusa e imprecisa, pois o interesse coletivo entendido como interesse de todos – ou pelo menos de uma suposta maioria – é muito vasto e por isso muito vago. Porém, pelos textos analisados, depreende-se que, nesta acepção, público é uma categoria mais abrangente que estatal. Ao contrário do primeiro, este último é definido com precisão; refere-se à esfera específica de atuação do Estado.

Outro dado que se observa é que o estatal aparece como algo que subjuga o público, visto que atua como elemento regulador e coercitivo. Toma para si a defesa dos interesses públicos, mas quase sempre atua no sentido contrário. Daí a razão por que a *Folha* refere-se constantemente a uma dívida social do Estado. Essa dívida diz respeito à negligência do Estado para com suas funções mais precípua (educação, saúde, segurança etc.), as quais, para a *Folha*, são imprescindíveis para satisfazer as necessidades públicas. Neste sentido, a *FSP* toma a defesa do público (nesta acepção específica), alegando que o aparato estatal tornou-se uma aberração, por envolver-se "em uma gama de atividades que não guardam a mais tênue relação com os bens públicos tradicionais, como segurança, saúde e educação – áreas nas quais, vale dizer, as dotações orçamentárias têm sido escassas e gritantemente mal alocadas".

Todo o discurso do jornal quanto a essa questão conduz para um único foco: as vicissitudes estatais na gestão e administração dos bens públicos, devido à falta de "competência técnica e de realismo", além da inaptidão do Estado como empreendedor. Daí a necessidade de uma reorientação que "privilegie o combate às carências sociais da população", em vez de canalizar investimentos para setores produtivos que podem ser geridos pela iniciativa privada ("Ampliar a privatização", editorial de 10.5.93).

Este assunto já antecipa a discussão sobre as categorias empregadas pela *Folha* para se referir ao termo público: Estado, estatal, estatismo, poder público e poder político, conforme já foi introduzido acima. São categorias centrais, usadas quase sempre que os textos se referem a qualquer assunto relacionado com a temática aqui analisada. O termo Estado figura como sinônimo de máquina estatal, administração pública, governo, poder público e poder político. São conceitos intercambiáveis, usados indistintamente pelo jornal. O discurso da *Folha* nesse campo é essencialmente parafrástico. Reproduz sempre a mesma mensagem, diversificando apenas a retórica da negatividade (grifos nossos):

- "[...] livrar a sociedade do fardo de um Estado *inchado e ineficiente*";
- "[...] e continuam a defender *ultrapassadas* teses estatizantes";
- "[...] o Estado se revelou *péssimo* empreendedor";
- "[...] face à premência de enxugar com rapidez a máquina do Estado";
- "[...] não haverá como romper todo o círculo de *ineficiência* e de *precariedade* que hoje pesa sobre o poder público [...]".

O termo estatais também é muito usado para se referir às empresas públicas, às quais, quase sempre, se atribui conotação negativa:

- "é inegável que hoje está esgotado o papel dinâmico das estatais no Brasil";
- "dado o fato de as estatais encontrarem-se em precária situação financeira e defasadas tecnologicamente, [...]";
- "[...] os fortes grupos financeiros e políticos acostumados a mamar nas tetas de aço daquela falecida vaca estatal".

O que se percebe ainda é que, no discurso favorável à desestatização, adota-se preferencialmente o termo estatal, enquanto as "vozes contrárias" preferem empresa pública. O que se infere dessas opções diferenciadas é que os argumentos que defendem a estatização, ao manifestarem preferência pela última categoria, parecem desejarem reagir à conotação negativa que se estabeleceu com o uso da palavra (empresa) estatal, comumente acompanhada de adjetivos depreciativos.

Os termos estatismo e estatizante, muito utilizados pelos defensores da privatização, sempre são qualificados negativamente, a exemplo de alusões, como estatismo populista, estatismo retrógrado, ultrapassadas teses estatizantes. Já os adeptos da estatização fazem o inverso: atribuem conotação negativa às expressões relativas à privatização, como privatismo exacerbado, queima do patrimônio público. Assim, na primeira visão, o Estado e todos os seus termos correlatos (poder público, poder político etc.), representantes do conceito de público, são depreciados. Ora, de tal procedimento discursivo resulta como efeito básico a conotação positiva do conceito que se contrapõe a ele, isto é, privado. Já na segunda perspectiva de argumento, ocorre o contrário.

A mesma lógica persiste na argumentação que trata de patrimônio público, serviços públicos, interesses públicos / interesses coletivos / interesses sociais. De um lado estão os que afirmam que privatizar é a solução para salvar o patrimônio das estatais ineficientes e mal-administradas, incapazes de continuar prestando serviços públicos de maneira digna; assim, estariam sendo resguardados os interesses da coletividade. Do outro lado, estão os que consideram a desestatização como assalto ao patrimônio público, afronta aos serviços públicos, o que acarreta graves prejuízos sociais, uma vez que, nesta concepção, o mercado é tido como insensível a razões de caráter coletivo.

Aliás, é com base neste raciocínio que os defensores da estatização constroem seu conceito de privado, isto é, tudo aquilo que não se coaduna com o público. É a esfera do individual ou até mesmo do grupal, mas sempre voltado para interesses que visam o benefício particular. Assim, o mercado, como soma de tais elementos, é concebido como uma entidade que só visa a seus próprios fins, sendo o lucro o eixo de todas as relações e processos. A livre iniciativa, livre concorrência ou as forças de mercado seriam apenas instrumentos para a consecução desse objetivo maior, para o qual o interesse público não é pré-requisito.

Na outra concepção, o privado é encarado como o somatório de todas as atividades não incorporadas pelas típicas funções de Estado. A organização e os interesses são particulares, porém voltados para uma ou algumas coletividades, visto que o mercado, entendido como o conjunto das atividades relativas à produção e distribuição de bens e serviços, não existe como uma estrutura fechada em si mesma, voltada só para seus próprios fins. Afinal, todo empreendimento privado existe

em função de um público: os consumidores dos bens e serviços, que não só permitem a efetivação do lucro para o empreendedor, mas também se beneficiam com a aquisição de produtos ou a prestação de serviços.

Porém, da mesma forma que os adeptos da estatização, os defensores da privatização incorrem na radicalização argumentativa, quando absolutizam o setor privado, em termos de eficiência e capacidade de gestão. Ora, se o setor público é generalizadamente apresentado como ineficiente, como sustentar o argumento de que é função do Estado garantir os serviços essenciais à população? Se é taxativamente considerado falimentar, porque se defende que sua atuação se restrinja àquilo que é mais fundamental para a sociedade? São problemas argumentativos que aparecem neste discurso e que não são suficientemente esclarecidos pela argumentação lógica. Fica apenas sugerido que o Estado deve retirar-se do setor produtivo – já que o setor privado aí atua prodigamente – e concentrar-se em suas funções básicas, o que lhe permitirá readquirir a eficácia perdida.

O ponto de interseção entre os extremos discursivos é, portanto, a questão da cidadania. Todos falam em nome do cidadão, seja para defender ou não a desestatização. É a imagem do cidadão que, em ambas as tendências, aglutina e sintetiza os chamados interesses sociais e coletivos. Defende-se tanto a privatização como a manutenção do estatismo em nome do cidadão, comumente também designado como contribuinte, eleitor, detentor de direitos, mas também sujeito a deveres.

Assim, o ponto de encontro entre o público e o privado seria a cidadania, pela simples razão de que este conceito pressupõe dois elementos fundamentais: a idéia de indivíduo, particularidade (privado); e a de regras gerais e universais (público), ou seja, um sistema de leis que vale para todos em qualquer espaço social de uma determinada época (Da Matta, 1987). Para o exercício da cidadania, portanto, são necessários tanto os elementos da esfera privada, como os da esfera pública. Nesta acepção, público e privado seriam complementares e não opostos, embora cada um apresente suas peculiaridades. Logo, os conceitos construídos pelo discurso da *Folha* perdem de vista esta perspectiva, enfatizando muito a dicotomia. Que são conceitos distintos, é inegável, porém distinção não significa necessariamente oposição.

A questão da cidadania aparece fortuitamente em diversos textos. Porém, há um artigo assinado, no âmbito da opinião parlamentar, que analisa especificamente o problema em pauta, ao questionar a natureza pública do Estado e o caráter privado da sociedade civil. Sugere que o Estado nem sempre é exclusivamente público e as instituições privadas nem sempre são exclusivamente privadas. Aquele, porque muitas vezes age com base em interesses particulares dos detentores (privados) do poder público. Estas, porque, inseridas na sociedade, com ela estabelecem uma relação de troca, na qual, muitas vezes, se distinguem conotações de caráter público. Aliás, o autor postula a necessidade de legitimação de uma "esfera pública não estatal", originada na própria cidadania, "através de milhares de entidades da sociedade civil, sindicais, empresariais, comunitárias, culturais etc". Isso porque o Estado só pode se manter público

"se sobre ele pender um controle público não estatal, uma nova esfera pública, que forme a sua hegemonia na disputa democrática no interior da sociedade civil, para incidir sobre suas instituições chaves: sobre o parlamento, através da revogabilidade dos mandatos pela sobe-

rania popular, a qualquer tempo; sobre o Judiciário, pelo seu controle externo pela sociedade civil; sobre o Executivo, pelo controle da sociedade civil na elaboração e na execução do orçamento público, peça chave para a cidadania emprestar racionalidade ao seu cotidiano econômico" ("Um projeto para um programa", 11.11.94)

Esta não é a voz do jornal. Entretanto, trata-se de um texto nele publicado, no qual se vislumbram elementos que confirmam a concepção de que público e privado se conjugam por meio da cidadania, o que serve como argumento para questionar ambas as tendências, a privatista e a estatista, por serem extremistas. Essa relação, entretanto, não deve ser concebida como um concerto pacífico. Ao contrário, estabelecem-se tensões e conflitos. Tanto o público como o privado em si mesmos, como sua inter-relação, envolvem relações conflituosas em três campos básicos: o econômico, o político e o ético. São, acima de tudo, desafios, haja vista:

- a) o imperativo do desenvolvimento, eixo do campo econômico;
- b) o compromisso político com os ideais democráticos;
- c) o desafio ético de assegurar vida digna e bem-estar ao cidadão, além de garantir justiça e paz social.

Aparentemente, esses três princípios se aplicariam essencialmente ao setor público. Entretanto, se o setor privado também é fundamental para a consolidação da cidadania, não se deve excluí-lo de tais compromissos. Primeiro, porque o fator econômico é o principal componente da esfera privada; segundo, porque as instituições da sociedade civil são imprescindíveis para o avanço da democracia; terceiro, porque o desafio ético diz respeito a todos. A ética não é necessária apenas na política ou na economia, mas em todas as instâncias da vida, sejam públicas ou privadas.

Em suma, a questão do público e do privado permeia toda a construção discursiva da *Folha*, ao longo do período estudado. Há um argumento referencial e constante que constitui a matriz do discurso "folhista", quanto a esse tópico específico, a qual pode ser sintetizada na seguinte assertiva: ao Estado, o que é do Estado; ao mercado, o que é do mercado. Estado e mercado, portanto, são duas arenas, ou seja, os dois campos de atuação do público e do privado, respectivamente. Todavia, essas duas esferas – específicas, determinadas e distintas – coexistem em uma arena maior: a sociedade. Portanto, estabelecem relações de interação, mesmo quando se opõem ou se complementam. Como membros do mesmo corpo, células do mesmo organismo – a sociedade – Estado e mercado exercem funções e papéis próprios, condição *sine qua non* para que haja harmonia no funcionamento das relações e processos sociais. Afinal,

"Nas sociedades complexas, como as em que vivemos hoje em dia, é indispensável a atuação do mercado para administrar a divisão avançada do trabalho, enquanto se faz igualmente indispensável a presença do Estado na regulação de mecanismos fundamentais para o fim do posicionamento da sociedade democrática" (Novelli, 1994, p. 53).

A questão-chave presente no discurso da *Folha*, de acordo com o que se pode inferir de seus textos, sobretudo os opinativos, é que o estatismo provocou uma disfunção social. O público invadiu o território do privado. A desestatização, portanto, constitui processo essencial para o restabelecimento da harmonia entre as duas esferas e, conseqüentemente, do saneamento da vida social em sua

totalidade. Os efeitos e as conseqüências dessa intromissão do público na área de atuação do privado constitui o cerne da argumentação da *FSP*, sintetizada nos seguintes tópicos, deduzidos da análise de seus textos:

1) a *Folha* reconhece a relevância histórica do setor público para o processo desenvolvimentista do País. Entretanto, atesta que, no contexto atual, esgotou-se seu papel dinâmico, tornando desnecessárias e obsoletas as empresas causadoras por excelência dessa invasão de território, acarretando a absorção de recursos públicos, ao invés de contribuir para os empreendimentos estatais;

2) a expansão exacerbada das funções estatais resultou em dispersão de metas, prioridades e recursos, dificultando a administração desse amplo leque de atividades. Conseqüentemente, adveio a ineficiência, o excesso de trâmites burocráticos, o clientelismo e o descrédito da população; o Estado tornou-se 'inchado' e ineficiente;

3) a inépcia que passou a reger o setor público afetou não só as relações econômicas e sociopolíticas em nível interno, mas também no plano internacional, o que se exemplifica com a deterioração das sucessivas negociações com os credores internacionais, afetando o equilíbrio fiscal e monetário, os investimentos internos e externos, entre outros elementos;

4) o gerenciamento direto do Estado em atividades produtivas, que "pela sua própria natureza, nada tem a ver com as funções inerentes ao setor público" ("*Privatização da Vasp*", editorial de 6.9.90), torna-se fator maléfico tanto ao próprio Estado, como ao mercado e, por extensão, à sociedade, pois relegou os bens públicos tradicionais, como segurança, saúde e educação;

5) o estatismo injustificado tornou-se uma das causas principais do processo de deterioração socioeconômica que conduziu o País à estagnação e à permanente crise, dificultando a desregulamentação e a abertura da economia;

6) as atuais práticas vigentes no setor público baseiam-se em princípios e concepções ideológicas. Isso compromete a atuação do Estado, pois vincula a defesa dos interesses públicos não a critérios pragmáticos, mas à defesa de teses dogmáticas que confundem bem público com a estatização e hiper-regulamentação da economia;

7) a cristalização de concepções ideológicas impede que o setor público se torne apto a adequar-se ao dinamismo das novas condições socioeconômicas que despontam no contexto nacional e no próprio cenário internacional. O setor privado, ao contrário, até por uma questão de sobrevivência, impõe-se o dever de adaptar-se a essas novas condições, tornando-se capaz de proporcionar melhores serviços para o conjunto da população;

8) a estatização representou, na história política e econômica do Brasil, fator responsável pela transformação do Estado em um "vampiro social", uma espécie de "parasita que sobrevive à custa da miséria do país" ("*Estado vampiro*", editorial de 28.6.94).

Sob justificativas que se reportam a imperativos de segurança nacional e de interesse coletivo – conceitos questionados pelo jornal e mal entendidos e interpretados erroneamente pela própria esfera estatal, segundo sua avaliação o público absorveu o privado e causou danosos efeitos a ambos. É como se o Estado tivesse construído um abismo ao seu próprio derredor e procurasse atrair o setor privado

para a área de perigo. A razão de o Estado ter agido de tal forma, pelo que se pode depreender da argumentação da FSP está em um superdimensionamento de seu próprio autoconceito, atribuindo-se funções sociais peculiares e intransferíveis. Com isso, cometeu dois grandes equívocos:

a) supervalorizou-se enquanto instância gestora dos bens públicos e dos interesses coletivos, propondo-se a ser agente exclusivo e insubstituível do processo de desenvolvimento social;

b) com isso, além da pretensão irreal, subestimou o setor privado ou até mesmo tentou excluí-lo de responsabilidades e atributos sociais. Tal atitude, de certa forma, até concorreu para que se criasse um conceito de privado como algo que, por natureza, se opõe ao coletivo, como se o mercado fosse uma instância anti-social, de existência desvinculada da sociedade.

Em suma, o Estado, em nome da defesa dos "imperativos de segurança nacional e dos interesses coletivos", não só invadiu a área de competência do setor privado – a esfera da produção – impondo-lhe restrições, como também tomou para si toda a responsabilidade da gestão dos interesses públicos, impedindo que o privado interagisse com o público. Trata-se de um processo de afirmação que, mediante a exclusão do privado, o público impõe não só a sua autoridade, mas, sobretudo, a aura de agente absoluto no que concerne à proteção dos cidadãos, inclusive contra os interesses do mercado, independente da existência de motivos para tal.

### 3.2 – Privatização

Ao longo do período em estudo, a *Folha* empregou o termo privatização para indicar todos os aspectos, fatos e falas relativas ao processo de venda de estatais. O termo aparece fartamente nas manchetes e títulos das matérias, sejam editoriais, notícias, reportagens ou textos de autor. Apenas dois textos assinados apresentam no título o termo desestatização, empregado na mesma acepção do anterior. O primeiro, publicado em 1990, é de autoria de um economista, membro da Comissão Diretora do PND. O segundo foi escrito por um doutor em Economia. Este fato, por si só, poderia conduzir à interpretação de que desestatização seria um conceito de caráter mais técnico, o que se justificaria a opção do jornal pelo termo privatização que, então, poderia ser considerado mais popular. Entretanto, tal concepção não se confirma, pois entre a grande quantidade de textos assinados por pesquisadores e docentes universitários, o emprego da palavra desestatização quase não aparece. Neste aspecto, a opção da *Folha* coincide com a abordagem acadêmica. Cabe ainda indagar se os técnicos e especialistas – que também são leitores do jornal – procuraram, conscientemente, adequar a linguagem de seus artigos ao estilo da FSP.

Por outro lado, nos editoriais, curiosamente, apesar de apresentarem, quase sempre, a palavra privatização, privatizar ou privatizável, o termo desestatização ou desestatizar, muitas vezes é posto logo no primeiro período ou no parágrafo inicial do texto. Porém, não há diferença de significado, mesmo quando o vocabulário empregado difere do jargão comercial venda de estatais, pois conduzem a esta conotação, a exemplo das seguintes definições de desestatização, extraídas de editoriais:

- "[...] redução do papel produtivo do Estado" ("Audácia para privatizar", 21.2.90);

- "A venda da Companhia Siderúrgica do Nordeste [...] marcou a quarta privatização do governo Collor [...]. Embora, [...] não deixa de constituir um sinal de que [...] finalmente a desestatização começa a se traduzir em algo concreto" ("Privatização em marcha", 18.11.91);
- "[...] a desestatização pode poupar um volume bastante significativo de recursos do contribuinte" ("Desperdício nas estatais", 20.7.93);

A distinção entre desestatização e privatização, conforme Souto (1991), está no fato de que o primeiro apresenta maior amplitude, sendo o segundo parte do primeiro, o que inviabilizaria o uso dos dois conceitos como termos intercambiáveis. Enquanto desestatização constitui, em nível macro, os programas voltados para a redução da participação do Estado na esfera produtiva, em termos de regulamentação dos mecanismos de mercado, a noção de privatização se aplicaria aos objetivos específicos, em nível micro.

A opção da *Folha* em fixar o termo privatização, consagrando-o como sinônimo de desestatização, poderia ser explicada, portanto, pela própria natureza da cobertura jornalística, a qual tem como objeto os eventos, fatos e opiniões concernentes a processos determinados. Uma notícia, reportagem ou mesmo um editorial, embora versando sobre assuntos complexos, deve privilegiar os fatores específicos, as microrrelações, o fático, o contingente. A dimensão macro aparece como cenário, contexto ou pano de fundo. Jamais a cobertura jornalística de um fato ou processo poderia, em um texto ou conjunto de textos, em um período determinado, abranger toda a complexidade do problema. Essas limitações fazem parte da própria natureza dos gêneros discursivos do jornalismo e dos meios de comunicação de grande alcance, de modo geral.

Os textos assinados, embora apresentem caráter analítico e interpretativo, também não fogem à regra, visto que opinam sobre fatos e processos corriqueiros. O enfoque, mesmo livre do padrão do texto noticioso (já que o autor pode exprimir opiniões e julgamentos), deve apresentar simplicidade e clareza, visto ser dirigido ao público leitor de jornal. Além disso, geralmente versam sobre assuntos da pauta jornalística, como é o caso do tema em estudo. Daí se justifica a razão pela qual a *Folha* e seus colaboradores optaram pelo uso do termo privatização. Apesar de oficialmente o Governo ter posto o título de Programa Nacional de Desestatização, o jornal e seus colaboradores – mesmo os que provêm do âmbito acadêmico – preferiram o simplificado: política de privatização ou processo de privatização, como se observa nos seguintes trechos:

- "O recuo do governo quanto ao prazo de compra dos CPs vem [...] ressaltar as fragilidades e inconsistências técnicas da política de privatização" ("Mudanças nos CPs", editorial de 12.6.90).
- "O programa de privatização é, ao mesmo tempo, um elo importante da estratégia de estabilização [...]". ("Acelerar a privatização", editorial de 17.7.90).
- "O processo de privatização tem recebido algumas críticas ao longo dos últimos meses" ("O cenário macroeconômico da privatização", artigo assinado de 2.7.91).

Até quando se trata da denominação oficial referente à Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização (CDPND), a *Folha* opta pelo termo de sua preferência, como se vê neste trecho: "A Comissão Diretora do programa de privatização definiu ontem um calendário para 1994" (reportagem de 14.12.94). Mesmo o presidente do BNDES, Pêrsio Arida, em entrevista à *Folha*, após

indagação em que o repórter emprega a palavra privatização em vez de desestatização, termina utilizando o termo de preferência do jornal:

- "[...] a privatização reverte um modelo de desenvolvimento adotado na década de 70 [...]";
- "[...] estamos querendo aprofundar a privatização de estoques [...]";
- "[...] em cada processo de privatização, parte das ações estará disponível para cotistas do FGTS [...]" (entrevista de 1.11.93).

Pelo visto, a *FSP* constitui um veículo capaz de fixar o termo privatização, ao tempo em que evita o uso da palavra desestatização, a ponto de fazer com que até mesmo os arquitetos do outro termo passem a adotar o vocabulário do jornal, a exemplo do presidente do BNDES.

### 3.3 – A privatização como processo

Apesar de a construção discursiva da *Folha* instaurar um sentido genérico de privatização como alienação da propriedade e do controle de empresas estatais, em menor escala, ou em plano secundário, há um argumento que permeia alguns textos opinativos, sobretudo os editoriais, acerca da dimensão processual do PND. Em alguns momentos, essa conotação aparece como justificativa para que o Governo amplie o PND, pois, "teriam poucos efeitos [...] iniciativas de privatização que se dedicassem a atingir apenas a periferia do problema, incidindo sobre empresas estatais isoladas e pouco complexas" ("Audácia para privatizar", editorial de 21.9.90). Outras vezes, figura como argumento de base para a defesa de medidas complementares de médio e longo prazos:

- "a privatização [...] é um processo complexo e não produz efeitos tão imediatos quanto seria desejável numa situação extrema como a da economia brasileira [...] sem um ampla e ousada política de desmontagem do estado empresarial não haverá programa de estabilidade durável" ("Futuro da privatização", editorial de 5.3.90);
- "[...] subordinar o andamento das privatizações a necessidades imediatas de caixa tenderia a comprometer seu impacto de longo prazo, que prevê um ajuste fiscal permanente. Este inclui além da venda de estatais, a execução de reformas, como a administrativa e a tributária" ("Riscos na privatização", editorial de 23.5.92).
- "a efetiva implementação do programa [...] depende da condução simultânea de outras reformas modernizantes, como as da desregulamentação e abertura da economia, para além do máximo empenho no combate do déficit público e da inflação" ("Segundo passo", editorial de 13.7.91).

A idéia da privatização como processo apresenta facetas diferenciadas no discurso do jornal, no que se refere à natureza desse processo. Em alguns momentos, são privilegiados os aspectos econômicos; às vezes, exponencia o caráter político; outras vezes, a natureza técnica. São comuns, entretanto, enfoques que optam pela abordagem cultural ou ideológica, o que indica a natureza complexa da questão, muitas vezes simplificadas em argumentos que negam a dimensão "x" e afirmam a dimensão "y", predomina, entretanto, o caráter econômico.

#### 4 – Comentários finais

Com base nesta discussão, concluímos que a privatização é interpretada pela *Folha* como algo que estaria favorecendo simultaneamente o público e o privado. Mais especificamente: o Estado se beneficiaria porque se desobrigaria de uma carga excessiva de funções, as quais poderiam ser perfeitamente exercidas pelo mercado. Essa argumentação, contudo, leva-nos à conclusão de que, na realidade, o discurso da *FSP* constrói uma "embalagem pública" para a defesa de interesses dos segmentos diretamente interessados na privatização. É disso, portanto, que decorrem os principais aspectos que constituíram fatores importantes na construção conceitual da *FSP* ao longo do período em exame. No caso do conceito de privatização,

1) a idéia central do discurso da *FSP* caracteriza-o como processo de implementação econômica, ressaltando o papel das forças de mercado na sociedade atual. Na visão do jornal, trata-se de um processo que exigirá um elenco de medidas complementares de médio e longo prazos, mas cujos resultados serão benéficos tanto ao setor privado em si como ao setor público;

2) a *Folha* mantém um conceito uniforme e coerente do começo ao final do período analisado; isto não quer dizer a formulação formal de um conceito e sua reedição literal. Trata-se, antes, da instauração de um sentido específico e determinado atribuído à privatização, o qual, resumidamente, pode ser assim expresso: a privatização é um instrumento moderno de política econômica capaz de sanar a crise por que passa o setor público;

3) este sentido modifica-se apenas em termos de forma, para adequar-se às questões específicas tratadas pelo jornal. Cada fato comentado apresenta-se com seus elementos inéditos, devido à sua própria especificidade. Entretanto, a essência desse conceito, em termos de significado, é retomada para reafirmar e fixar seu sentido;

4) a construção desse conceito não figura como algo próprio da *Folha*, isto é, uma opinião particular. São várias as razões para isso; entre elas destacam-se:

a) antes de defender a privatização como algo necessário para o Brasil, a *FSP* constrói um discurso baseando-se no panorama internacional. Explora a temática sob o enfoque positivo dos exemplos bem-sucedidos de desestatização, priorizando os países do Primeiro Mundo;

b) para combater os argumentos dos que se manifestam contra a desestatização, sob a justificativa de que nem tudo o que é bom para o Primeiro Mundo é bom para o Brasil, visto que aqui a situação é diferente, o jornal concentra-se também nos exemplos de privatização na América Latina, sobretudo Argentina, México e Chile. Com isso, além de refutar as teses contrárias, contribui para criar um clima de opinião favorável devido às semelhanças econômicas entre o Brasil e esses países;

c) no caso específico do Brasil, usa dados da história econômica do País para demonstrar que o ciclo da estatização já se esgotou; foi um processo necessário, pelas circunstâncias do contexto da época, porém incapaz de acompanhar o dinamismo dos tempos de hoje. Assim, instaura o pressuposto de que para seguir os rumos da modernidade, é necessário que o Brasil abandone o estatismo;

d) além disso, apresenta a desestatização como um anseio da população brasileira como um todo, ou seja, uma demanda de toda a sociedade. Apóia-se em dados de pesquisas de opinião pública para confirmar esse pressuposto;

e) a partir de então, explora a situação atual do País, enfatizando a crise econômica. Inflação, dívida externa, déficit público e retração dos investimentos estrangeiros são apontados constantemente como efeitos da estatização;

f) a situação caótica do Estado brasileiro é focalizada como algo inerente a qualquer economia com alto grau de estatização; constrói-se um cenário em que o Estado propõe-se a salvaguardar os interesses públicos, nacionais, coletivos, mas suas atividades são desviadas de suas funções precípua e como consequência torna-se um agente causador de malefícios à sociedade em vez de gerar benefícios;

g) a natureza política do Estado como detentor de poder público também é considerada obstáculo à geração de benefícios sociais, visto que a lógica do poder político é marcada pela descontinuidade administrativa, pela alta rotatividade de titulares dos cargos-chave na tomada de decisões e pelo princípio de "gerir bens públicos como se fossem privados".

É diante desse quadro, portanto, baseando-se nele e reportando-se sempre a ele que a *Folha* enuncia seu conceito de privatização. Privatizar, nessa concepção, não é apenas transferir o controle acionário ou a propriedade de uma empresa do Estado para a iniciativa privada. Mais do que isso: "é salvar o patrimônio do povo", livrando-o da gestão ineficiente e perdulária do Estado para que possa readquirir operosidade e dinamismo, beneficiando o próprio Estado e a população.

Desse modo, a privatização é vista não com o sentido negativo de privação, privar alguém de alguma coisa – no caso, privar o Estado do controle das estatais. Ao contrário, privatizar é libertar essas empresas e todo o setor público das "amaras do atraso", permitindo, assim, que todos se beneficiem com seus resultados: o Estado, porque tornar-se-á mais operante em suas funções fundamentais; o mercado, pelo fato de que ampliará seu campo de atuação; a população porque poderá contar com melhores serviços e produtos.

A explicação para a ênfase ao caráter econômico que a *FSP* atribui à privatização também pode ser encontrada no desenho do cenário que o jornal adota em seu discurso. Afinal, desde o fim da Guerra Fria – ou até mesmo antes – a lógica econômica é que passou a ser o imperativo das relações entre os países. A integração econômica, as relações comerciais multilaterais e entre blocos econômicos é que se tornaram o eixo da concertação política entre os Estados.

Quanto à construção dos conceitos de público, privado e privatização, observa-se que:

a) a *Folha* põe em primeiro plano o conceito de privado, inserindo-o na aceção de mercado, que, por sua vez, equipara-se ao sentido econômico atribuído à desestatização. É como se o privado fosse o referencial, o ponto de partida para a definição do público. Isto porque prioriza os reais interesses dos indivíduos. Por essa razão, contribui para o bem de todos: produtores e consumidores, visto que sua lógica é essencialmente racional e técnica;

b) o público é definido, portanto, com base na concepção de privado, mas por oposição. Constitui elemento que precisa ser depurado de fatores irracionais e ilógicos, causadores da incompetência técnica e administrativa do poder político,

desde que a política, principal arena do público, ou seja, a esfera estatal, é vista como um campo vicioso, no qual imperam interesses escusos e espúrios que prejudicam tanto o próprio Estado como o mercado e a sociedade. Esta, que seria o ponto de intersecção entre o público e o privado, sofre a ação da interferência estatal em todos os níveis.

Assim, infere-se que, longe de atuar como "ilha solta no universo social" e como instrumento fundamentalmente implementador das relações de trocas econômicas, as instituições de comunicação atuam ancoradas na processualidade da vida social, permeando simultaneamente a esfera pública e a esfera privada, os interesses relativos às necessidades individuais, grupais e comunitárias. Enfim, interagem concomitantemente com o mercado, com a sociedade e com o Estado. É o que se depreende da análise da cobertura da *Folha de São Paulo* sobre o processo de desestatização no Brasil, no período de 1990 a 1994.

Diante do exposto, e retomando-se as noções conceituais apresentadas na primeira parte deste trabalho, pode-se ainda concluir que a ênfase à dimensão econômica da desestatização no discurso da *Folha* deve-se ao fato de que:

a) como afirma Hannah Arendt, o que aparece é o que se torna real na esfera pública, concebendo-se esta como espaço da aparência, ou seja, da publicidade do discurso. Afinal, aquilo que é visto e ouvido adquire o *status* de realidade e torna-se imperativo para o interesse público. No caso da *Folha*, interesse público é sinônimo de interesse dos seus leitores, já que são estes o seu público;

b) na mesma concepção, Habermas ressalta que é mediante a publicidade do discurso que os fatos e opiniões se tornam de conhecimento público. Esta publicidade, entretanto, é seletiva, resultando, conseqüentemente, em um conhecimento público relativo, a exemplo da esfera pública burguesa literária (EPBL) e da esfera pública burguesa política (EPBP). No primeiro caso, o que mais interessava eram os temas literários; no segundo, as questões políticas e a organização partidária. No caso da *Folha*, a primazia da dimensão econômica atribuída à privatização certamente deve-se ao interesse de seu leitorado, bem como pela vinculação direta de segmentos deste com a esfera econômica, tal como se observa na convergência entre a opinião da *Folha* e a opinião empresarial;

c) na cobertura jornalística da *FSP* sobre a desestatização, percebe-se, portanto, que houve a construção de um espaço de aparência muito peculiar. Ao direcionar seu discurso para um público determinado, a *Folha* abdica de seu papel de agente em uma esfera pública mais ampla, preferindo atuar em uma esfera mais restrita, de características privadas; o estatuto do interesse público confunde-se com o "mandato do leitor";

d) a pluralidade de idéias, um dos elementos básicos do Projeto *Folhas* (coincidentalmente, também elemento fundamental para o conceito de esfera pública), nesse espaço de aparência, constitui uma estratégia para que a *Folha* se apresente a si mesma mais como um jornal pluralista e moderno do que um jornalismo pluralista propriamente dito, pelo menos no que concerne à cobertura sobre a desestatização; trata-se, pois, antes de tudo, de uma pluralidade construída e mostrada como forma de afirmação diante de seu público leitor.

## Referências bibliográficas

- ARENDT, H. *A Condição humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1983. 338 p.
- CANCLINI, N. G. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- DA MATTA, R. C. da. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- FINANCIAL TIMES SURVEY: BRAZIL. *Financial Times*. London, May 26 1994 6f.
- FOLHA DE SÃO PAULO. *Novo Manual da Redação*. 2. ed. São Paulo, 1992. 331 p.
- FREITAG, B. "Periodização da Esfera Pública". Brasília: UnB. Anotações em sala de aula. 1993.
- GARNHAM, N. "Contribution to a political economy of mass communication". *Media, culture and society*. London/New York/San Francisco: Academy Press. v. 1, n. 2, p. 123-146, abril, 1979.
- HABERMAS, J. *Mudança estrutural na esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. 397 p.
- LAFER, C. "A política e a condição humana". In: ARENDT, H. *A condição humana* (introdução). Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1983, 338 p. p. I-XII.
- NOVELLI, A. L. C. R. *O Projeto Folhas e a negação do quarto poder*. Universidade de Brasília, Brasília, 1994. 197f. Dissertação de Mestrado.
- PINHEIRO, M. F. S. *O público e o privado na educação brasileira: um conflito na Constituinte* (1987-1988). Brasília, UnB. Mimeo. 413f. 1991.
- RIBEIRO, L. M. *Delimitação teórica e metodológica da especificidade institucional da comunicação* – segunda parte. Campinas: Unicamp. Mimeo, 1994.
- RUBIM, A. A. C. "Sociabilidade, comunicação e política contemporâneas: subsídios para uma alternativa teórica". *Textos de cultura e comunicação*. Salvador, n. 27, p. 3-23. 1992.
- SOUTO, M. J. V. "O programa brasileiro de privatização de empresas estatais". *Rev. de Informação Legislativa*. Brasília, v. 228, n. 110, p. 261-274, abr./jun. 1991.
- WILLIAMS, R. *Communications*. Harmondsworth: Penguin, 1962.
- . *Culture and society*. London: Penguin Books/Chatto & Windus, 1985. 347 p.
- . *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 239 p.
- . *The long revolution*. London: Chatto & Windus, 1961. 369 p. The growth of the reading public. p. 156-172; the growth of the popular press, p. 173-213.
- . *The politics of modernism; against the new conformists*. London/New York: Verso, 1989. 290 p. Culture and technology, p. 119-139.
- . *Problems in materialism and culture*. London: Verso, 1982. 277p. Means of communication as means of production. p. 50-63.